



BR-O0008

**LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL PARA PROJETOS DE
INVESTIMENTO - CCLIP**

**PROGRAMA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

BR-L1562

PRIMEIRA OPERAÇÃO INDIVIDUAL

**PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO DO NORDESTE – AGRONORDESTE**

Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS

(Versão Preliminar)

Consultores:
Luiz Fernando Galli
Maria Claudia Perazza
Marisa Teixeira
São Paulo, setembro de 2021



SUMÁRIO

1.	O AGRONORDESTE	1
1.1.	Objetivos do Programa	1
1.2.	Componentes do Programa	1
2.	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PGAS	2
3.	GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	3
4.	PROGRAMAS DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS	6
4.1	Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras	6
4.2	Programa de Gestão dos Resíduos da Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)	7
4.3	Programa de Controle Ambiental das Obras – Implantação dos Canteiros de Obra, Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas e Interferências no Trânsito	13
4.4	Programa de Trabalho Técnico Social – PTTS	17
4.5	Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada	20
4.6	Programa de Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas	21
4.7	Programa Destinado à Evitar ou Reduzir os Descontentamentos da Comunidade	24
4.8	Plano de Consultas Públicas.....	26

1. O AGRONORDESTE

1.1. OBJETIVOS DO PROGRAMA

Os objetivos gerais do AgroNordeste são melhorar a competitividade, a produtividade e a receita do setor agrícola e, conseqüentemente, a qualidade de vida no meio rural da Região Nordeste. Os objetivos específicos são: i) fortalecer os arranjos produtivos locais para aumentar a integração dos produtores com as organizações e empresas agroindustriais e comerciais; ii) aumentar a segurança jurídica e a regularização ambiental da propriedade rural; e iii) melhorar as condições fitossanitárias da fruticultura em dois vales da região.

1.2. COMPONENTES DO PROGRAMA

O cumprimento dos objetivos propostos se dará por meio de três componentes, conforme segue.

a) Componente 1: Desenvolvimento de Oportunidades Econômicas nas Cadeias de Valor Agrícola.

Tem como objetivo a melhoria do acesso a mercados e serviços para produtores das principais cadeias agrícolas em 30 territórios priorizados na região Nordeste. Apoiará a elaboração e implementação de planos de desenvolvimento de arranjos produtivos locais focalizados em produtores da agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária, podendo financiar as seguintes atividades:

- i) assistência técnica para a elaboração e execução dos planos;
- ii) infraestrutura de apoio produtivo - estradas de vizinhança, sistemas de irrigação, sistemas de reúso de água, eletrificação rural, armazenamento de insumos e produtos agrícolas;
- iii) custos de investimento associados à adoção de tecnologia, incluindo bens e serviços relacionados;
- iv) assistência técnica a produtores e organizações produtivas para promover a adoção de tecnologia e melhorar a gestão empresarial;
- v) equipamentos e infraestrutura para as organizações produtivas, necessários para melhorar a comercialização dos produtos; e
- vi) desenvolvimento de processos de certificação.

Além disso, o componente financiará pesquisas e estudos para solucionar problemas tecnológicos que afetam as cadeias de valor do Nordeste, bem como consultorias e equipamentos para desenvolver centros de inovação tecnológica que utilizem tecnologias digitais para melhorar os processos de transferência de tecnologia aos produtores familiares.

b) Componente 2: Titulação e Regularização Ambiental.

O objetivo deste componente é apoiar a formalização dos direitos de propriedade e a regularização ambiental dos produtores agrícolas beneficiários da reforma agrária. Serão financiadas as seguintes atividades necessárias à titulação de imóveis: i)

georreferenciamento dos imóveis; ii) coleta, no campo, de informações cadastrais das propriedades; iii) emissão de títulos de propriedade; e iv) inscrição dos títulos nos registros públicos. Além disso, o fortalecimento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNC será financiado para unificar os diferentes sistemas cadastrais existentes e permitir o acesso a múltiplos usuários. A regularização ambiental de propriedades rurais, por sua vez, incluirá atividades de registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR, de emissão de certificados de conformidade com o Código Florestal e de elaboração de projetos de recuperação ambiental.

c) Componente 3: Sanidade Vegetal

Objetiva melhorar as condições fitossanitárias do agronegócio vinculado à fruticultura. Contempla ações voltadas:

- i) ao fortalecimento e à ampliação das áreas livres da mosca-das-frutas (*Anastrepha grandis*), existente nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará; e
- ii) consolidação da área de proteção fitossanitária para moscas-das-frutas (*Ceratitis capitata* e *Anastrepha sp*) no Vale do Rio São Francisco (Pernambuco e Bahia). Para isso, serão financiados os custos de monitoramento sistemático e geração de informações sobre as moscas-das-frutas e o controle dessas pragas, que incluirá construção ou reforma e equipamento de centros de operações, instalação e manutenção de redes de aprisionamento, implantação de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, construção e equipamento de postos de controle de quarentena e áreas de tratamento, campanhas de informação, veículos, materiais e suprimentos para controle e erradicação de moscas.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PGAS

Este PGAS contempla os programas de controle ambiental e mitigação de impactos socioambientais das intervenções propostas nos componentes do AgroNordeste. Decorrem dos impactos identificados durante a elaboração da Avaliação Ambiental e Social – AAS, anteriormente apresentada neste relatório. Tais programas se aplicam basicamente aos projetos de frigoríficos, casas de mel, fábricas de farinha, laticínios e queijaria, barreiras fitossanitárias e demais infraestrutura dos componentes 1 e 3 do AgroNordeste

Visando assegurar a qualidade ambiental das intervenções por meio da implementação dos programas socioambientais, este PGAS tem os seguintes objetivos específicos:

- acompanhamento das intervenções e da implementação dos programas de controle ambiental;
- assegurar a implementação das medidas de controle e mitigação de impactos previstas;
- sistematizar informações sobre as questões socioambientais dos relatórios periódicos enviados ao BID;
- implantar e operar os canteiros de obras de forma ambientalmente adequada;
- assegurar que a mão-de-obra utilizada não contribua para a degradação ambiental;
- assegurar o menor nível de interferência das atividades dos canteiros e dos trabalhadores no cotidiano das comunidades locais;

- evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos significativos potenciais durante o período de implantação;
- assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores nas obras do Projeto; e
- assegurar o cumprimento continuado da legislação ambiental e trabalhista da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703).

3. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O Comitê Estadual de Coordenação – CEC, instalado em cada estado contemplado com ações do AgroNordeste, tem como atribuições: i) identificar as instituições que trabalham nas áreas de atuação do AgroNordeste, para o estabelecimento de canais de comunicação entre elas e o desenvolvimento de trabalhos conjuntos; ii) definir as orientações estratégicas e operacionais para os Escritórios Locais de Operações - ELO e a priorização das ações do AgroNordeste no estado; iii) integrar e complementar as ações do AgroNordeste com as executadas por outras entidades (federais, estaduais, municipais ou privadas); e iv) monitorar as ações do ELO e o andamento do AgroNordeste no estado.

Unidade de Gestão do Programa - UGP, por sua vez, coordenará a execução técnica e fará a gestão administrativa e financeira, além da supervisão e monitoramento do AgroNordeste. A execução do Programa estará a cargo do MAPA, por meio de suas diversas unidades, e a UGP será a contraparte do BID e a unidade autorizada a firmar contratos e convênios em nome do Programa. Será composta por uma equipe de especialistas multidisciplinares oriundos do MAPA e consultores externos.

Nos Estados a execução e o acompanhamento do Programa estará a cargo das Superintendências Federais de Agricultura – SFAs, sendo cada Superintendente o chefe do Comitê Estadual de Coordenação - CEC. São membros natos desse Comitê os superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, das unidades de Pesquisa da EMBRAPA nos estados, o Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária da SFA. Outros membros convidados poderão participar do CEC a critério da UGP e das UEC.

A estrutura organizacional da UGP esta composta pelas seguintes unidades: i) Coordenadoria Geral, responsável pela direção, organização, supervisão e controle das atividades da UGP-AGRONORDESTE e representação junto aos demais órgãos dos estados, entidades e instituições internas e externas; ii) Coordenação Técnica, responsável pelo planejamento, e elaboração do Plano Operacional Anual – POA. Também será responsável pelo monitoramento da execução e controle do alcance de resultados, pela avaliação dos impactos econômicos, ambientais e sociais do Programa e do registro e disponibilidade pública de suas experiências e avanços inovadores. Além destas atividades específicas, a Coordenação Técnica será responsável por atividades de assessoramento especializado na área técnica, jurídica, ambiental e de comunicação social, bem como às missões de entidades ou organismos nacionais e internacionais e nas questões interinstitucionais e outras, necessárias à execução do Programa.; iii) Coordenação de Operações, responsável pelo gerenciamento, coordenação e controle executivo, inclusive execução, supervisão, e coleta de dados de todas as atividades do Programa. Terá a responsabilidade direta da execução dos três Subprogramas do Programa, exceto pelo Componente de Regularização Fundiária, que será delegada ao

INCRA. Nesta Coordenação deverá atuar dois especialistas, sendo um em meio ambiente e outro na área social, que apoiarão as três divisões da Coordenação: Divisão de Apoio ao Subprograma de Desenvolvimento de Oportunidades Econômicas; Divisão de Apoio ao Subprograma de Regularização de Imóveis Rurais e Divisão de Apoio ao Subprograma de Defesa Agropecuária; e iv) Coordenação de Administração e Finanças, responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, orçamentários e administrativos, pelos registros de pessoal, pela identificação das necessidades de materiais e serviços, pela atualização de um sistema de contabilidade e elaboração dos relatórios financeiros e de prestação de contas do Programa e acompanhamento dos contratos e convênios administrativos e de cooperação técnica.

Para garantir a implementação dos programas socioambientais propostos neste PGAS, a UGP deverá contar com especialistas em meio ambiente e ações sociais do seu próprio quadro e, ou, terceirizado, trabalhando junto ao Coordenador Operações, que deverão exercer as seguintes atividades específicas:

- coordenar, gerenciar e executar, diretamente ou com o apoio de terceiros, os trabalhos relacionados com a execução das ações dos programas do PGAS;
- apoio técnico no planejamento inicial das ações socioambientais previstas para os projetos e na avaliação periódica de desempenho ambiental e social do Programa;
- inclusão das especificações socioambientais no memorial descritivo dos projetos;
- preparação dos critérios de elegibilidade ambiental a serem incluídos nos editais de licitação das intervenções;
- adotar procedimentos e acompanhar a outorga das licenças ambientais necessárias para a implantação das intervenções;
- decisão sobre as ações e os procedimentos das intervenções, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais negativos ou riscos de desastres;
- visitas periódicas às obras e demais atividades do Programa, para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados e de acordo com as condicionantes das autorizações e licenças ambientais e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- aprovar a medição dos serviços relacionados à conservação e recuperação ambientais executados, bem como das atividades relacionadas às intervenções que possam promover danos ambientais;
- apresentação à Coordenação da UGP, periodicamente, da avaliação da eficiência dos programas socioambientais relacionados às intervenções físicas previstas e dos ajustes necessários;
- recomendação à UGP de penalidades às empreiteiras de obras, no caso de não atendimento dos requisitos socioambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de planejamento de obras; e
- manutenção da documentação de cumprimento dos planos de gestão socioambientais e do registro do cumprimento dos indicadores. Estas exigências

devem ser apresentadas nos relatórios semestrais encaminhados ao BID.

Os especialistas em meio ambiente e ações sociais da UGP deverão articular-se com as diversas instituições envolvidas direta e indiretamente com o Programa, além das empresas contratadas. As suas atuações deverão garantir:

- a adoção de conceitos de sustentabilidade, conservação e gestão ambiental rural, na elaboração ou revisão dos projetos do Programa;
- o planejamento ambiental das intervenções físicas;
- a articulação com os organismos de controle ambiental na busca de soluções, no que se refere aos processos de licenciamento ambiental nas fases de implantação e operação das intervenções do Programa;
- a avaliação e aprovação previa, no âmbito da UGP, das intervenções propostas para as áreas contempladas pelo Programa, garantindo a inserção da dimensão ambiental na tomada de decisão dos projetos;
- a adoção de medidas administrativas que garantam a execução das ações de comunicação social, relativas à convivência com as obras, devidamente articuladas com o planejamento das mesmas;
- o monitoramento das obras e serviços de recuperação ambiental e requalificação ambiental da área de implantação dos projetos;
- a recomendação de ações e procedimentos de obras, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- a avaliação periódica da eficiência dos programas do PGAS e indicação dos ajustes necessários;
- a aprovação, em conjunto com a UGP, das penalidades às empresas construtoras, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais;
- a aprovação, em conjunto com a UGP, da paralisação da intervenção no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos, de modo a possibilitar a adoção de medidas corretivas em tempo hábil;
- a preparação e apresentação dos relatórios periódicos de supervisão ambiental à Coordenação da UGP e ao BID; e
- o atendimento aos questionamentos da sociedade civil, incluindo as ONGs e outras partes interessadas nas intervenções e nos programas do PGAS.

Para o efetivo gerenciamento e controle ambiental das intervenções, os programas do PGAS deverão obedecer ao mesmo cronograma dessas intervenções. Os seus custos deverão ser incorporados aos custos da intervenção¹, com exceção da Gestão Ambiental e dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, que deverão estar a cargo da UGP.

Há que se considerar, ainda, que o contrato de execução das intervenções deverá incluir cláusulas referentes à obrigatoriedade de a empresa cumprir com todas as

¹ Todas as atividades socioambientais previstas deverão ser incluídas na mesma planilha de custos das atividades de engenharia e obra.

medidas ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalhador previstas no PGAS e na legislação. Tal obrigatoriedade deverá ser explicitada por meio de mecanismos de medição e pagamento das atividades relacionadas a qualidade e ao controle socioambiental.

No caso das obras (frigoríficos, barreiras fitossanitárias, casas de mel, postos de venda, laticínios etc.), além da elaboração do Plano de Controle Ambiental da Obra (PCAO)², a empresa construtora deverá contratar um especialista socioambiental, que será o responsável pela gestão da qualidade ambiental da obra e pelos programas do PGAS relacionados.

Os Programas do PGAS, apresentados a seguir, foram desenvolvidos com base nas atividades necessárias ao controle ambiental e à mitigação de impactos socioambientais das intervenções do AgroNordeste.

Finalizando, há que se considerar que o BID exige que seus Mutuários tenham um Sistema de Gestão Ambiental e Social – ESMS adequado ao nível do projeto, proporcional ao nível de risco e impactos associados à operação, de acordo com os requisitos da Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais (ESPS 1).

Como parte do processo de preparação de cada Operação Individual de Crédito – OI, o BID avaliará a capacidade institucional dos órgãos executores, aplicando a Plataforma para Análise de Capacidade Institucional - PACI, ferramenta que apoia a coleta e análise de informações relacionadas à capacidade institucional de uma agência executora. Entre os aspectos a serem avaliados com a PACI, está a capacidade para a gestão dos aspectos ambientais e socioculturais. Como parte da avaliação, o BID realizará validações adicionais das informações coletadas e recomendará medidas de mitigação e fortalecimento e capacitação como parte dos requisitos de gestão socioambiental da OI, dependendo das fragilidades ou dos riscos específicos encontrados, conforme exigido pelo ESMS.

4. PROGRAMAS DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS

4.1 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS

Este Programa de Gerenciamento Ambiental, que se aplica às obras de frigoríficos, casas de mel, fábricas de farinha, laticínios e queijaria, barreiras fitossanitárias e demais infraestrutura dos componentes do AgroNordeste, apresenta uma síntese dos procedimentos de gestão socioambiental necessários ao efetivo controle da qualidade ambiental das obras e do próprio AgroNordeste.

As obras deverão ser objeto de supervisão ambiental periódica, realizada pelos especialistas ambiental e social da UGP, concomitantemente à supervisão técnica das obras e com periodicidade a ser definida, visando o cumprimento dos seguintes objetivos:

- avaliar como as diretrizes e os procedimentos para o Controle Ambiental das Obras estão sendo observadas;
- avaliar como os componentes de gerenciamento ambiental estão sendo implementados; e

² O PCAO deverá ser uma obrigação contratual da empreiteira de obra e deve ser aprovado pela UGP, antes do início das obras.

- indicar medidas para aprimorar a qualidade ambiental das obras e propor aperfeiçoamentos ao gerenciamento ambiental.

Responsabilidades

O Programa de Gerenciamento Ambiental da Construção será de responsabilidade direta da UGP.

Custos

Os custos para a implantação deste Programa estão embutidos nos custos de gerenciamento da UGP.

4.2 PROGRAMA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DA DEMOLIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)

Objetivos

Os objetivos deste programa são: i) estabelecer as diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pela demolição parcial de prédios e infraestrutura antigos ou desativados para a implantação das obras do Programa, de forma a disciplinar as ações necessárias para minimizar os impactos socioambientais; e ii) conscientização de todos os envolvidos com as obras do AgroNordeste para aplicar a metodologia de redução de resíduos, manuseio e disposição correta dos resíduos reutilização e reciclagem de material.

Etapas de Desenvolvimento

A disposição final dos resíduos da construção civil - RCC é disciplinada pela Resolução CONAMA Nº 307/02, que também prevê penalidades para a disposição final em desacordo com a legislação.

Essa Resolução exige do poder público municipal a elaboração de leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais como parte da construção da política pública que discipline a destinação dos RCC e identifica como responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos os participantes do processo construtivo (setor produtivo) e o setor público. Os primeiros incluem os geradores e transportadores dos resíduos sólidos, sejam os construtores ou os responsáveis pelas obras (mestres, arquitetos, engenheiros etc.), e os que transportam os entulhos, também conhecidos por caçambeiros ou coletores de entulhos.

No setor público estão incluídos principalmente os municípios e seus vários órgãos responsáveis pela limpeza urbana, pelo meio ambiente, pela pavimentação, pela habitação, pelas obras em geral etc.

Dessa forma, o cumprimento da Resolução Nº 307/2002 deve contemplar: i) o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC); e ii) os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). O primeiro é de responsabilidade dos municípios e, o segundo, de responsabilidade dos grandes geradores (construtores e responsáveis pelas obras).

O PMGRCC deverá incorporar as diretrizes necessárias com relação às áreas de recebimento, separação, armazenamento, processamento e reciclagem dos resíduos sólidos oriundos de canteiros de obra, incorporando:

- as diretrizes técnicas e os procedimentos para o PMGRCC e para os PGRCC, a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores;
- o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos volumes, em conformidade com o ponto da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento;
- o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e de disposição final de resíduos;
- a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas;
- o incentivo a reinserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo;
- a definição de critérios para o cadastramento de transportadores;
- as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos; e
- as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e a sua segregação.

Os PGRCC, por sua vez, deverão conter informações com relação à quantidade e tipos de resíduos gerados, triagem (de preferência no momento da sua geração), acondicionamento, destinação e transporte. A responsabilidade do transporte será também das empresas coletoras, que deverão responder às diretrizes estabelecidas pelo PGRCC.

Para cumprimento do PGRCC deverão ser observadas as etapas apresentadas no Quadro Nº 1.

O PGRCC, a ser elaborado pelas empresas construtoras, deverá ser composto pelo plano de redução de resíduos, reutilização e reciclagem, desenvolvido antes do início das obras.

QUADRO Nº 1: Etapas de cumprimento do PGRCC

CARACTERIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS
Triagem	Realizada, preferencialmente, pela origem, ou nas áreas de destinação respeitadas as classes de resíduos.
Acondicionamento	O gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem.
Transporte	Realizado conforme as normas transporte de resíduos.
Destinação	Deve atender a Resolução CONAMA Nº 307/02, conforme descrito em “Destinação dos Resíduos da Construção Civil”.

Procedimentos Recomendados

Em síntese, para o gerenciamento dos resíduos nos canteiros e frentes de obra são recomendados os procedimentos a seguir:

a) Acondicionamento Inicial e Segregação na Fonte

A triagem dos resíduos deve ocorrer o mais próximo possível dos locais de sua geração, sendo o tratamento realizado de acordo com o Quadro Nº 1. A frequência da coleta é determinada pela quantidade dos resíduos, de forma a impedir o seu acúmulo e o comprometimento da sua segregação e posterior destinação e dos demais serviços na obra.

b) Acondicionamento Final

As formas de acondicionamento dos resíduos são apresentadas no Quadro Nº 1. No acondicionamento dos resíduos os seguintes aspectos devem ser considerados: i) volume; ii) facilidade de coleta; iii) segurança dos trabalhadores e da comunidade; e iv) preservação da qualidade dos resíduos nas condições necessárias para sua destinação ou reutilização.

c) Destinação

A destinação dos resíduos deve ser indicada pela empresa construtora e aprovada pela UCP. O local deverá ser selecionado considerando os seguintes fatores:

- qualidade ambiental do local da destinação;
- viabilidade econômica (custo do transporte e valoração dos resíduos); e
- possibilidade de utilização dos resíduos nas áreas de influência das obras.

A destinação dos resíduos pode ser realizada por empresa terceirizada, desde que credenciada nos órgãos ambientais estadual e municipal e aprovada pela UGP, que deve acompanhar, mensalmente, se a empresa construtora ou terceirizada contratada para os serviços estão dando aos resíduos a destinação e disposição adequadas. Os resíduos devem ser acompanhados até sua destinação final por meio de licenças e comprovantes de recebimento.

d) Resíduos Classe D (Amianto)

A Resolução CONAMA Nº 307/02 em seu Artigo 3º IV classifica como Classe D os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Algumas construções, que poderão ser parcial ou totalmente demolidas para a reforma e implantação das obras do Programa, contém telhas de cimento amianto exigindo, portanto, cuidados especiais com o manuseio e a disposição adequada (Quadro Nº2).

Neste caso, as telhas devem ser removidas da construção com o máximo cuidado, inteiras e adequadamente acondicionadas em caçambas/contêineres específicos. O trabalhador responsável pelo serviço deve estar devidamente protegido com Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados.

e) Avaliação de Desempenho

O desempenho da Gestão de Resíduos de Obra deve ser avaliado periodicamente pela UGP, considerando os seguintes aspectos:

i) Limpeza e Segregação na Fonte, observando:

- a limpeza do local e entorno;
- a segregação e organização dos materiais;
- o uso correto dos dispositivos de acondicionamento; e
- a segregação dos resíduos;

ii) Acondicionamento final, observando:

- a identificação do resíduo;
- a quantidade de resíduo no dispositivo de acondicionamento;
- a segregação dos resíduos; e

iii) Destinação dos resíduos, observando-se:

- o estabelecimento adequado do destino;
- a existência de registro de destinação e cadastro de destinatário; e
- a eventual recusa no recebimento dos resíduos (resíduos misturados).

Quadro N° 2: Quadro de Tratamento de Resíduos

TIPOS DE RESÍDUOS	ACONDICIONAMENTO INICIAL	ACONDICIONAMENTO FINAL	DESTINAÇÃO
Solos	<ul style="list-style-type: none">• Segregar em leiras, de no máximo 1,5m de altura, o solo argiloso separado do solo fértil (solo orgânico), para possível utilização na própria obra e na recuperação de áreas degradadas.	<ul style="list-style-type: none">• Em leiras, de no máximo 1,5m de altura, nas proximidades do local de reuso.• Na caçamba dos caminhões que retiram o material.	<ul style="list-style-type: none">• Reuso no próprio empreendimento;• Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes licenciados;• Aterros de outros locais; e• Áreas degradadas em processo de recuperação (solo orgânico).
Vegetação	<ul style="list-style-type: none">• Em pilhas, formada no local da geração do resíduo.	—	<ul style="list-style-type: none">• Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; e• Áreas de transbordo e triagem para lenha, cadastrada na UGP.
Blocos de concreto, tijolos, argamassa, concreto, ladrilhos e demais qualificados pela CONAMA 307/2002	<ul style="list-style-type: none">• Em pilhas, formada no local da geração do resíduo.	<ul style="list-style-type: none">• Em caçambas estacionárias;• Na caçamba dos caminhões que fazem a retirada do material.	<ul style="list-style-type: none">• Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados;• Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP.

Quadro N° 2: Quadro de Tratamento de Resíduos (continuação)

TIPOS DE RESÍDUOS	ACONDICIONAMENTO INICIAL	ACONDICIONAMENTO FINAL	DESTINAÇÃO
Madeira	<ul style="list-style-type: none"> Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas estacionárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP; Empresas e cooperativas que utilizam a madeira para reuso ou combustível; e Aterro sanitário.
Serragem	<ul style="list-style-type: none"> Em recipientes identificados (tambor ou caixote), localizados no local de geração (carpintaria). 	—	<ul style="list-style-type: none"> Reutilização dos resíduos nos derramamentos de óleo para absorção e secagem; e Aterro sanitário.
Plásticos (embalagens e restos de tubulações).	<ul style="list-style-type: none"> Recipientes específicos e sinalizados, localizados no local de geração. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas sinalizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas, empresas ou associações que colem, separam, enfardam comercializam e reciclam aparas plásticas.
Metais (ferro, aço, fiação, arames, perfis etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Recipientes específicos e sinalizados localizados próximos ao local de geração; As peças grandes são empilhadas próximas ao local de geração. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas sinalizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas, empresas ou associações que colem, comercializam ou reciclam resíduos metálicos.
Restos de alimentos e suas embalagens e papéis sujos (refeitório, sanitários etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Cestos de lixo (saco plástico para lixo). 	<ul style="list-style-type: none"> Sacos plásticos contendo os resíduos adequados para a coleta pública; 	<ul style="list-style-type: none"> Aterro para resíduos domésticos, por meio da coleta pública municipal (esta destinação não precisa ser registrada).
Resíduos perigosos (solos contaminados com esgoto ou óleos, material contaminado com óleo, tinta, asfalto, Impermeabilizantes etc.), pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, telhas de cimento amianto.	<ul style="list-style-type: none"> Manuseio de acordo com os cuidados recomendados pelo fabricante; Imediato transporte pelo usuário para o local de armazenamento final. 	<ul style="list-style-type: none"> Em recipientes devidamente sinalizados e de uso restrito pelos responsáveis pelo manuseio desses resíduos; Os resíduos da caixa separadora de óleos e graxas e os decorrentes de derramamentos de óleos devem ser acondicionados em tambores tampados e identificados, armazenados em local destinado para este fim, com solo impermeabilizado. 	<ul style="list-style-type: none"> Disposição em aterros específicos para esses tipos de resíduos. (Classe D).
Resíduos provenientes de banheiros químicos	<ul style="list-style-type: none"> No próprio banheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem. 	<ul style="list-style-type: none"> O fornecedor do banheiro deve retirar os resíduos por meio de pipas, que encaminham os resíduos para locais licenciados. As licenças deverão ser conferidas pela UGP.

Demolição

As demolições nas áreas onde serão implantadas as novas obras do Programa, principais geradores de resíduos da construção civil, exigem o cumprimento de procedimentos específicos, quer para a garantia da qualidade ambiental, quer para o atendimento a Norma Regulamentadora (NR -18) do Ministério da Economia.

A demolição, caracterizada como a destruição, de forma deliberada, de edificações, total ou parcial, e demais construções ou estruturas para dar outro destino aos espaços por elas ocupados, compreende as seguintes atividades:

- remoção de estruturas de concreto, alvenarias, cerâmica e madeira;
- remoção de tubulações; e
- remoção de coberturas, vidros, louças, metais e esquadrias.

Quando o reaproveitamento do material (entulho) não for possível na própria obra, o mesmo deverá ser conduzido à local apropriado (bota-fora, aterro sanitário ou outro, devidamente licenciado ou aprovado pelo órgão ambiental local).

A demolição poderá ser feita por meio de ferramentas manuais ou mecânicas, de modo a garantir a integridade dos materiais para o seu possível reaproveitamento.

Deve ser programada e dirigida por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável a presença de um Técnico de Segurança do Trabalho – TST, orientando a correta utilização dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) pelos trabalhadores envolvidos na atividade.

A área circunvizinha a demolição precisa ser avisada previamente e isolada durante a atividade, evitando contratempos e acidentes.

O Quadro Nº 3 contém as medidas de controle, de acordo com a Norma Regulamentadora - NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

As estruturas e demais peças a demolir, deverão ser reduzidas a fragmentos de dimensões compatíveis com o emprego do equipamento de carga e transporte, e com a conformação estética do local do botafora.

Todo entulho será transportado, depositado e espalhado em botafora licenciado, em localização estabelecida no Projeto aprovado ou indicado pela UCP.

Quadro Nº 3: Medidas de Controle de Demolição

FASES DA ATIVIDADE	MEDIDAS DE CONTROLE
Antes de iniciar a Demolição (Planejamento)	As linhas de fornecimento de energia, água, inflamáveis líquidos e gasosos, substâncias tóxicas, canalizações de esgoto e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando-se as normas em vigor.
	As construções vizinhas à demolição devem ser vistoriadas, visando preservar a estabilidade e a integridade física de terceiros.
	Devem ser removidos os vidros, ripados, estuques e outros elementos frágeis.
	Antes do início da demolição de um pavimento devem ser fechadas todas as aberturas existentes no piso, salvo as utilizadas para escoamento de materiais, sendo proibida a permanência de pessoas nos pavimentos que possam ter a estabilidade comprometida no processo de demolição.

Quadro Nº 3: Medidas de Controle de Demolição (continuação)

FASES DA ATIVIDADE	MEDIDAS DE CONTROLE
Durante a Demolição	As escadas devem ser mantidas desimpedidas e livres para a circulação de emergência e somente serão demolidas à medida que forem sendo retirados os materiais dos pavimentos superiores.
	Os objetos pesados ou volumosos devem ser removidos com dispositivos mecânicos, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.
	Os elementos da construção em demolição não devem ser abandonados em posição que torne possível o seu desabamento.
	Os materiais das edificações, durante a demolição e remoção, devem ser previamente umedecidos.

Os veículos de transporte de entulho deverão ser carregados de modo a evitar o derramamento ou espalhamento pelas vias públicas do entulho proveniente das demolições. Caso isso ocorra, a empreiteira de obra deverá limpar os locais sem ônus para o Programa.

Responsabilidade

O PGRCC será de responsabilidade das empresas construtoras.

Custos

Os custos deste programa são diluídos nos custos das obras.

4.3 PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DAS OBRAS – IMPLANTAÇÃO DOS CANTEIROS DE OBRA, CONTROLE DE RUÍDOS E EMISSÕES ATMOSFÉRICAS, E INTERFERÊNCIAS NO TRÂNSITO

Objetivos

O Programa de Controle Ambiental das Obras tem como objetivos fornecer os elementos técnicos necessários à redução dos danos ambientais decorrentes das obras, disponibilizar às empreiteiras os critérios ambientais a serem respeitados durante as obras e, finalmente, aos trabalhadores, estabelecer as normas para uma conduta ambientalmente correta no canteiro de obra.

Além dos procedimentos de controle ambiental para a implantação dos canteiros de obra, contempla os necessários para o controle de ruídos e emissões atmosféricas.

Preparação do terreno

A preparação da área necessária à implantação das obras deverá ser realizada com os cuidados ambientais necessários para reduzir os danos e possibilitar a adequada recuperação ambiental do entorno da obra.

Durante a raspagem do solo, quando a obra ocorrer em terreno natural, a terra fértil do *horizonte "A"* deverá ser separada e adequadamente estocada, de forma a não interferir nos demais serviços da obra e prevenir os processos erosivos, visando a sua redistribuição nas áreas com solo em exposição no entorno da nova edificação ou nas áreas de instalação das adutoras, logo após a conclusão da obra. O transporte de terra para o exterior da área da obra deverá ser evitado. O excedente decorrente

da instalação da tubulação e o material não puder ser utilizado no próprio local ou na recuperação do entorno e dos acessos, deverá ser disposto em bota-fora devidamente licenciado.

Instalação e Operação do Canteiro de Obras

O canteiro de obras, dependendo do porte da obra, é composto pelos seguintes elementos: edificações provisórias para administração e serviços; depósito; refeitório; pátio de material de construção (brita, areia, ferragem, madeira, bota-fora temporário etc.); carpintaria; pátio de armação, vestiários e sanitários e guarita.

Todos os pontos de despejo da vazão de canaletas e drenos no terreno deverão receber proteção contra erosão, mediante disposição de brita, grama ou caixas de dissipação de energia. Deverão ser evitados os pátios e plataformas planas, que facilitam o empoçamento, garantindo-se declividade mínima de 1% a 2% em qualquer local da obra. Por se tratar de instalações temporárias, o canteiro deverá utilizar sistemas de drenagem simplificados, dispensando-se obras sofisticadas em concreto, como desembocaduras e outras, de caráter duradouro.

Os acessos internos de circulação deverão ser mantidos em condições permanentes de trânsito para pessoas, equipamentos e veículos, até o encerramento da obra. Especial atenção deverá ser dada ao controle de poeira no canteiro e área de influência.

O isolamento das áreas em reforma deve ser total, de forma a minimizar os incômodos decorrentes da poeira, fumaça e ruído.

O abastecimento do canteiro deverá ser com água com potabilidade certificada e, no que se refere aos efluentes, se não puder ser utilizada o sistema público de esgoto deverá ser apresentado um projeto de tratamento em fossas sépticas e filtro anaeróbico. Não será permitido o uso de valas a céu aberto ou de caixas sem tampas adequadas.

A coleta, o transporte e a disposição final de lixo deverão ser realizados adequadamente. O lixo produzido no canteiro e demais locais da obra serão recolhidos com frequência, de forma a não produzir odores ou proliferação de insetos e roedores. Será feita a separação de lixo orgânico e inorgânico, podendo-se dar tratamento diferenciado a cada caso no tocante à frequência de coleta, tratamento e destino final. O inorgânico será encaminhado à entidade habilitada a receber material reciclável e o orgânico será retirado pelo serviço usual de coleta de lixo da prefeitura municipal. Assim, os restos de comida, vasilhames etc. deverão ser retirados do canteiro, não se admitindo qualquer disposição de lixo nas áreas do empreendimento e de seu entorno.

As instalações do refeitório deverão incluir telas do tipo mosquiteiro, sistemas de ventilação e sanitários em número e capacidade adequados.

Sinalização

A sinalização das obras consiste num conjunto de placas e dispositivos com características visuais próprias, com a função de garantir a segurança dos usuários e trabalhadores e a fluidez do tráfego, se for o caso, nas áreas afetadas pelas intervenções. Esta sinalização tem por finalidade:

- advertir corretamente todos os usuários sobre as intervenções;
- fornecer informações precisas, claras e padronizadas;

- assegurar a continuidade dos caminhos e os acessos às edificações lindeiras;
- proteger a obra, os trabalhadores e os usuários da via em geral;
- diminuir o desconforto e os riscos de acidentes, causado aos moradores e à população em geral, da área afetada pela intervenção.

Para a sua eficiência, a sinalização deve atender aos seguintes parâmetros:

- ser colocada em posição e condição legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito;
- ser devida e sinalizar qualquer obstáculo à livre segurança de veículos e pedestres, tanto na via como no acostamento e na calçada; e
- é obrigatória a sinalização em todas as obras executadas na via pública, dependendo o seu início de prévia autorização do órgão de trânsito;

No que se refere à segurança para o pedestre, quando as intervenções na via interferem na passagem livre dos pedestres, deve-se providenciar sinalização específica para protegê-los e orientá-los. Neste caso, devem ser atender às seguintes diretrizes:

- as passagens provisórias devem ter separação física entre pedestres e veículos, bem como entre pedestres e obras, sendo esta separação feita por tapumes ou outros dispositivos de sinalização auxiliar;
- a circulação de pedestres deve ser mantida limpa e livre de obstáculos (buracos, entulhos etc.). Caso não seja possível, os obstáculos devem ser guarnecidos com dispositivos adequados e sinalizados;
- as passagens devem ter no mínimo 90cm de largura, garantindo o trânsito de carrinhos de bebê e cadeiras de roda, e ser mais largas em obstruções de comprimento superior a 30m ou em áreas de grande volume de pedestres;
- os sinais e equipamentos de controle de tráfego não podem constituir obstáculos aos pedestres;
 - embora os equipamentos refletivos sejam de pouca valia para os pedestres, as luzes de advertência podem ser usadas para delinear o caminho dos pedestres e sinalizar obstáculos de forma apropriada;
 - iluminação temporária artificial à noite, particularmente se as passagens adjacentes também forem iluminadas; e
 - quando não for possível providenciar passagem adequada, os pedestres devem ser orientados a utilizar outro caminho (calçada oposta, contorno da obra, outra quadra) por sinalização e equipamentos apropriados.

Com relação ao tráfego de veículos da obra, com destaque aos de transporte de materiais, os motoristas devem ser orientados a não ultrapassar a velocidade de 40km/h num raio de 200m da obra. Nas obras próximas à escola a velocidade máxima deve ser de 30km/h.

Controle de Ruídos

A emissão de ruídos nas obras poderá causar danos ao meio ambiente, à população e aos empregados se não tratada com os cuidados necessários.

As obras deverão promover um aumento nos níveis de emissão de ruídos, desde a mobilização dos equipamentos até a sua conclusão. Desta forma, deverá ser realizado o monitoramento e o controle dos níveis de ruídos contínuos ou intermitentes, serão medidos em decibéis (dB), por meio de decibelímetro com faixa de frequência entre 30 e 130 dB. Os níveis de ruídos deverão ser determinados em todas as etapas do empreendimento e não poderão ultrapassar 85 dB.

As medições (externas) devem atender ao disposto na Resolução CONAMA N° 01/1990, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais.

Os empregados da obra devem participar de treinamentos sobre a redução de ruídos de suas atividades, visando o maior conforto laboral e a redução dos incômodos de vizinhança.

As atividades noturnas, quando necessárias, devem ser precedidas de autorização do órgão competente e ser realizadas dentro do horário estabelecido pela legislação municipal. Além disso, não serão permitidos equipamentos como britadeiras, geradores e serras elétricas, que emitem ruídos excessivos.

Durante a obra, os equipamentos estacionários que emitem ruídos excessivos, como geradores e serras elétricas, deverão ser abrigados em recintos com vedação acústica para a mitigação dos incômodos de vizinhança.

Sobretudo nas obras com pouca área de terreno remanescente e, portanto, muito próximas de residências, os equipamentos de trabalho com maior emissão de ruídos devem ser manejados com restrições, com tempo de uso restrito e em locais que possam reduzir os incômodos de vizinhança.

Controle de Emissões Atmosféricas

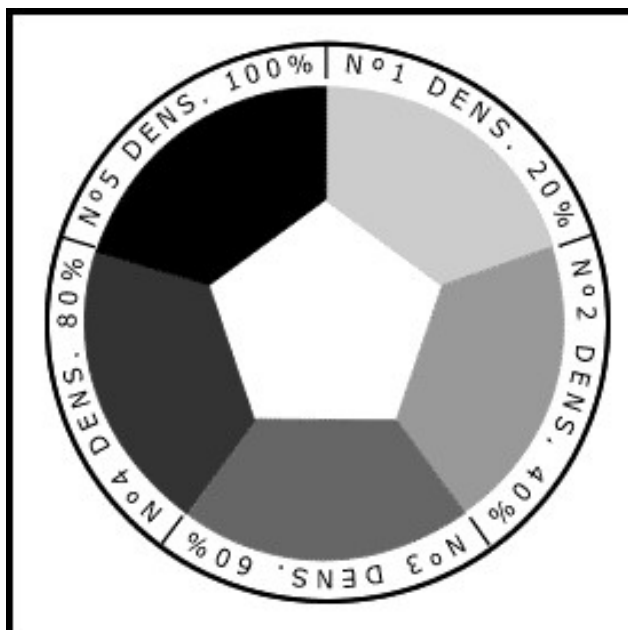
Diz respeito ao controle das emissões de material particulado e gases na atmosfera, com potencial para causar danos ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalhador e da população das áreas de influência das obras.

Os procedimentos estabelecidos para o controle de emissões atmosféricas visam o monitoramento visual diário para o controle das poeiras e da fumaça dos veículos e equipamentos movidos à óleo diesel utilizados nas obras.

Para o monitoramento e controle da emissão de fumaça será utilizada a Escala Ringelmann³. Quando a concentração estiver acima de 40%, deverão ser exigidas providências de melhoria e ajustes nos veículos e equipamentos.

³ A Escala Ringelmann é um hexágono com faixas de cinza (0 a 100%) utilizado para medir a concentração de poluentes da fumaça. Para a medição o encarregado deve estar a uma distância de 2 a 5 metros do escapamento do veículo ou equipamento e verificar se a fumaça no centro da Escala está acima da faixa 40%, que caracteriza uma situação não-conforme e exige providências.

Figura Nº 1. Escala Ringelmann



Responsabilidade

A responsabilidade pela implantação deste programa é das empresas construtoras.

Custos

Os custos deste Programa estão incorporados no Plano de Controle Ambiental da Obra – PCAO a cargo da empreiteira de obra. Valor estimado: R\$350.000,00.

4.4 PROGRAMA DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – PTTS

Considerações

O Programa de Trabalho Técnico Social se caracteriza como um conjunto de estratégias, processos e ações, que devem permitir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, o desenvolvimento social e incluir a participação comunitária nas intervenções. O PTTS visa proporcionar a compreensão dos benefícios das obras, além do fortalecimento do controle social.

Destina-se à população diretamente afetada pelas interferências e tem como objetivo maior desenvolver a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, com base nas questões experimentadas pela população local.

Objetivo

Levar ao conhecimento da população, a importância das intervenções do AgroNordeste, conscientizando as comunidades e estabelecendo um canal de comunicação entre essas e o Executor.

Estrutura do PTTS

O PTTS, é estruturado em duas etapas complementares definidas, conforme segue.

a) Diagnóstico Socio territorial

As ações propostas nessa etapa visam compilar e interpretar os aspectos sociais, econômicos, produtivos e políticos-institucionais do território e da população beneficiária, buscando o envolvimento e a participação dos atores sociais das comunidades, poder público e setor privado. O diagnóstico servirá de base para o planejamento das ações mais adequadas a realidade da área.

Contempla as seguintes atividades:

- plantão do trabalho técnico social: espaço de referência à população local, podendo ser utilizado como local de reuniões, cursos e demais atividades pertinentes ao PTTS;
- Reunião Técnica: espaço de discussão entre os atores envolvidos na implantação das obras;
- levantamento de dados secundários: busca caracterizar a população por meio de dados pré-existentes para adequar as ações à realidade local;
- levantamento de dados primários: busca caracterizar a população por meio de levantamento de dados *in loco*;
- dinâmicas participativas: atividades voltadas a educação ambiental visando a participação ativa da comunidade;
- elaboração de calendário de eventos e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais, para divulgação e troca de experiências em educação ambiental e sanitária.

b) Acompanhamento das intervenções

As ações previstas nessa etapa objetivam fomentar a participação e o empoderamento comunitário e a integração entre os atores sociais, garantindo o controle social dos empreendimentos, além de sensibilizar, informar e esclarecer as comunidades beneficiadas.

Contempla as seguintes atividades:

- plantão do trabalho técnico social: manutenção do plantão social durante a implantação das intervenções;
- Reunião Técnica: espaço de discussão entre os atores envolvidos com as intervenções;
- dinâmicas participativas: atividade voltada a educação ambiental e que traga participação ativa da comunidade;
- reunião comunitária: espaço de discussão com a comunidade de assuntos relacionado a implantação das obras;
- ações informativas: informam a população sobre os objetivos e etapas da intervenção através de exposição dialogada e entrega de material educativo-informativo;
- elaboração de materiais informativos: criação de materiais informativo-educativos com temas inerentes à saúde e à intervenção. As estratégias de comunicação passam pela utilização de material impresso, banners, faixas, mídia audiovisual, entre outros, para uso nas atividades que compõem o projeto; e

- elaboração de calendário de eventos e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais, para divulgação e troca de experiências em educação ambiental e sanitária.

Execução e Gestão

A equipe técnica responsável pela gestão do PTTS será composta por especialistas da área social que fará a coordenação de todas as ações propostas, seja a partir de elaboração interna, seja a partir da contratação de consultoria. São atribuições dessa equipe técnica: i) coordenar a execução das ações principais propostas pelo PTTS; ii) garantir a inter-relação constante dessas ações; iii) garantir a consecução dos objetivos propostos pelo AgroNordeste; iv) promover a avaliação constante dos resultados do Programa, propondo adaptações e complementações ao mesmo, quando for necessário.

Organização e Sistematização de Informações Técnicas

O Programa de Comunicação Social deve estar inteiramente voltado para o planejamento e divulgação de informações referentes ao Programa. Deve manter um fluxo contínuo e periodicidade constante, por meio do estabelecimento de rotinas na forma de abordagem e interação com a comunidade. Deve, ainda, estabelecer e manter sempre abertos os canais destinados ao recebimento de informações e indagações sobre as obras.

Desta forma, inicialmente deve ser desenvolvida uma atividade voltada para a organização e sistematização de informações técnicas, que deve ser constantemente atualizada, com dados e informações sobre as intervenções previstas, os procedimentos adotados pela UGP face aos problemas socioambientais identificados e quais medidas serão adotadas para mitigá-los ou compensá-los, o cronograma e as etapas de implantação das intervenções e outras informações pertinentes. Deverão ser preparados material informativo (cartazes, “*folders*”, folhetos de divulgação, “*data-show*” etc.) sobre o Programa, que será utilizado pela equipe de comunicação social na realização de eventos, apresentações, audiências etc.

O material de divulgação deverá incluir o telefone, o endereço físico e o endereço eletrônico, além de indicar os locais onde serão instaladas “caixas de sugestões” destinadas à Ouvidoria. Este material deve ser exposto nos locais das obras, nos postos de informação da UGP, em locais de grande movimentação de público e em todos os órgãos e entidades públicas.

Sistema de Atendimento – Ouvidoria

Deverá ser criado e designado o cargo de Ouvidor, com ampla divulgação no site do MAPA e nos mais diversos meios de comunicação. Esta ação tem como objetivo dar a maior visibilidade à gestão e ampliar a presença institucional da UGP e o MAPA na implementação do Programa. Por meio de uma linha telefônica 0800 e e-mail exclusivo o ouvidor estará disponível para o atendimento da comunidade das áreas de influência do AgroNordeste, esclarecendo dúvidas e respondendo às reclamações.

Estrutura

Para a implementação do Programa, deverá ser alocada uma equipe mínima de comunicação social, além da Ouvidoria, junto à UGP.

As funções que deverão ser cumpridas por essa equipe podem ser caracterizadas como: identificação de eventuais problemas emergentes e encaminhamento das soluções pertinentes; responder prontamente às demandas e necessidades decorrentes do andamento das obras; e respostas rápidas às necessidades de informação e interação com diferentes segmentos da sociedade local.

Por sua vez, a Ouvidoria, além de criar novos canais de comunicação com a população, terá a função maior de aproximar os cidadãos do MAPA e demais instituições envolvidas com o AgroNordeste, constituindo um canal de comunicação com a comunidade, por meio do exercício da crítica e de denúncias, sugestões, cobranças e elogios às ações e medidas adotadas ao longo da implementação do Programa.

A Ouvidoria será responsável pelo “controle da qualidade”, no que se refere à implementação do Programa, apontando as falhas e os acertos, buscando as soluções para os problemas e, sobretudo, permitindo a participação do cidadão na gestão do Programa, ao garantir a defesa de seus direitos. O Ouvidor não decide sobre a solução do problema, mas acompanha todas as fases do seu encaminhamento junto às áreas responsáveis, até a sua resolução final e, no decorrer do processo, mantém o cidadão informado sobre o andamento do caso.

A Ouvidoria deverá funcionar junto à Coordenadoria do UGP, dispondo de telefone e “e-mail” exclusivos. Outras formas de comunicação, tais como, carta, bilhete e até pessoalmente, também serão asseguradas. Os respectivos endereços serão divulgados amplamente e, principalmente, nos locais das obras.

Responsabilidade

Este programa é de responsabilidade da UGP.

Custos

Os custos do PTTS serão incluídos nos custos da UGP. Valor estimado é de R\$150.000,00, incluindo material e consultoria.

4.5 PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA CONTRATADA

Objetivo

O objetivo deste programa é a capacitação dos empregados das empresas construtoras para que todos tenham conhecimento das práticas gerais de gestão ambiental associadas às suas atividades. Assegura que todos realizem suas atividades de acordo com os procedimentos adequados, considerando os cuidados com o meio ambiente, as comunidades e o patrimônio.

O treinamento deverá ser aplicado a todos os empregados, colaboradores e prestadores de serviço, inclusive de empresas terceirizadas.

Atividades

O treinamento ambiental a ser aplicado pela empreiteira de obra deverá abranger:

- noções sobre legislação ambiental;
- importância da prevenção e controle da erosão, poluição e danos ao meio ambiente;
- destinação dos resíduos sólidos;

- instruções de controle ambiental;
- procedimentos de supervisão e monitoramento ambiental;
- Código de Conduta e normas de relacionamento com a comunidade;
- reconhecimento de animais peçonhentos e procedimentos no caso de acidentes; e
- procedimentos de acionamento em caso de acidentes ambientais.

Essa capacitação fará parte do treinamento admissional obrigatório, em módulo padrão de duas horas de duração, ministrado no próprio canteiro de obras e com registro de presença. Complementarmente serão realizados treinamentos periódicos para reforçar os conceitos de gestão ambiental, cujo conteúdo deverá enfatizar os aspectos ou procedimentos que tenham se mostrado mais problemáticos durante a obra. A periodicidade máxima deste treinamento complementar deverá ser trimestral.

O treinamento ambiental estará apoiado em exposições audiovisuais, panfletos informativos e circulares. Reuniões emergenciais orientadas de acordo com o nível de instrução e de responsabilidade do público-alvo poderão ser convocadas a qualquer momento.

Responsabilidade

A capacitação ambiental da mão-de-obra é de responsabilidade da empresa construtora, assim como a elaboração de relatórios de acompanhamento do Programa, que deverão ser semestrais e conter informações sobre as datas e conteúdo dos treinamentos ministrados, o número de empregados treinados em cada período, lista de presença, registro fotográfico e avaliação da eficiência dos treinamentos ministrados.

Custos

Os custos deverão ser incluídos nos custos dos treinamentos admissionais e de saúde e segurança ocupacional, a cargo da empreiteira de obra. Valor adicional estimado: R\$30.000,00.

4.6 PROGRAMA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES E COMUNIDADES ENVOLVIDAS

Considerações

Durante as intervenções um contingente de pessoas pode ser atraído para a região, podendo alterar as condições de saúde da população local e aumentar a concorrência pelos serviços de saúde ofertados pelo poder público municipal. Dessa forma a UGP, por meio do MAPA, deverá adotar medidas e ações que previnam, reduzam ou eliminem esses impactos, mantendo ou melhorando o padrão de qualidade de serviços médicos e os tratamentos existentes nos postos de saúde das áreas de influência das obras.

Além desse aspecto, há que se considerar a saúde e segurança dos empregados envolvidos na implantação das obras. Para estes deverão ser cumpridos procedimentos específicos de saúde e segurança durante as obras, determinados pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Objetivos

O objetivo do programa é o estabelecimento de padrões mínimos de atendimento à legislação de controle e saúde e segurança operacional, aplicáveis aos empregados das empreiteiras das obras.

Para o cumprimento desse objetivo cuidados especiais deverão ser adotados pelas empreiteiras das obras para minimizar os riscos e acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou transmissão de doenças infectocontagiosas, assim como para tratar adequadamente as que eventualmente ocorrerem.

Como objetivos específicos do Programa, são considerados:

- a redução da ocorrência de acidentes e problemas de saúde do trabalho;
- o estabelecimento de diretrizes de segurança do trabalho e saúde ocupacional que deverão ser exigidas contratualmente e sistematicamente adotadas durante a obra;
- a determinação das exigências mínimas de segurança do trabalho a serem atendidas pela empreiteira de obras;
- a implantação de uma sistemática de automonitoramento, de maneira que todos os serviços executados sejam rotineiramente inspecionados e avaliados;
- o estabelecimento de procedimentos eficazes de atendimento das ações corretivas e notificações de não-conformidades, relacionadas ao Trabalho Seguro;
- o treinamento dos empregados na observância dos Procedimentos de Trabalho Seguro e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- a avaliação e o monitoramento da saúde da mão-de-obra contratada, mediante exames admissionais e periódicos que possibilitem o diagnóstico de doenças virais, bacterianas, parasitárias e outras, assim como a verificação das condições auditivas, de visão e outros aspectos relevantes para a atividade a ser realizada pelos empregados;
- a manutenção das condições sanitárias favoráveis aos empregados;
- o esclarecimento e orientação dos empregados sobre doenças sexualmente transmissíveis e doenças infectocontagiosas em geral;
- a assistência médica emergencial aos empregados em caso de acidentes;
- o encaminhamento aos serviços de saúde conveniados dos casos que requeiram assistência médica hospitalar; e
- a notificação às autoridades competentes no caso de ocorrência de doenças de notificação compulsória.

Metas

O Programa tem como meta a conclusão da obra com índice zero de acidentes, com afastamento e transmissão de doenças infectocontagiosas entre os empregados e, ainda, a conclusão da obra sem nenhuma notificação de não-conformidade decorrente da inobservância dos Procedimentos de Trabalho Seguro.

Atividades

As medidas a serem contempladas no âmbito do programa de segurança do trabalho e saúde ocupacional durante a construção deverão garantir a conformidade da empreiteira de obra com a legislação trabalhista, assegurando que os procedimentos de saúde e segurança sejam adotados para todas as atividades e controlando a qualidade dos ambientes de trabalho sob a ótica de higiene, saneamento e ergonomia.

Estão previstas, portanto, as seguintes atividades:

- elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- implantação e operação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT;
- instauração e operação da Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA;
- elaboração de Procedimentos de Trabalho Seguro;
- treinamento em segurança do trabalho;
- gerenciamento da segurança do trabalho; e
- atribuição de responsabilidades.

Deverá, também, ser elaborado um Código de Conduta, aprovado pela UGP, visando preservar, tanto a saúde e as condições de higiene do trabalhador e, consequentemente, a comunidade local, como as condições ambientais do canteiro e do entorno. O referido código contemplará as seguintes normas:

- todo trabalhador deverá passar por exame médico e vacinação na sua admissão;
- deverá ser respeitada uma conduta adequada no trajeto de casa para o trabalho, visando garantir o sossego da comunidade local;
- para o consumo próprio, deverá ser utilizada somente água potável;
- todo lixo produzido na obra ou no refeitório deverá ser depositado em vasilhames adequados. Os restos de comida, vasilhames etc. serão retirados do canteiro, não se admitindo qualquer disposição de lixo nas áreas das obras e de seu entorno;
- os sanitários deverão ser utilizados adequadamente;
- sob nenhum pretexto será permitida a supressão da vegetação do canteiro ou entorno, sem autorização da UGP;
- os motoristas de máquinas e equipamentos deverão respeitar rigorosamente os itinerários traçados; e
- são proibidas as pichações nas instalações do canteiro de obras.

Custos

Os custos do Programa deverão ser incluídos nos custos do atendimento da legislação trabalhista, a cargo da empreiteira de obra. Valor estimado é de R\$150.000,00 incluindo salário do técnico em segurança.

4.7 PROGRAMA DESTINADO A EVITAR OU REDUZIR OS DESCONTENTAMENTOS DA COMUNIDADE

Objetivo

Este Programa tem como objetivo o estabelecimento de procedimentos de gestão socioambiental das intervenções do AgroNordeste destinados à preservação dos hábitos, das atividades, do comércio e dos direitos da comunidade presente nas áreas de influência direta das obras e, conseqüentemente, evitar ou reduzir os descontentamentos dos moradores e comerciantes locais. Esses procedimentos complementam o de Controle Ambiental das Intervenções – Implantação dos Canteiros de Obra e Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas, anteriormente apresentado.

Justificativa

As intervenções podem gerar descontentamentos da comunidade, uma vez que podem interferir nos hábitos do cotidiano das pessoas, nas atividades comerciais, de lazer e sociais e no direito de ir e vir dos moradores locais. Desta forma, o estabelecimento de procedimentos de gestão e controle podem evitar ou reduzir significativamente tais transtornos, como será apresentado a seguir.

Procedimentos

Os procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade com as obras das unidades de saúde do Programa são apresentados no Quadro Nº 4.

Quadro Nº 4: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade.

OCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Atrasos na execução das obras devido à falta de autorização de órgãos municipais e licenças específicas.	<ul style="list-style-type: none">• Aumento das expectativas dos moradores e comerciantes; e• alteração nos planos e contingências dos moradores e comerciantes.	<ul style="list-style-type: none">• Garantir o cumprimento de todos os requerimentos formais (supressão de vegetação; autorização do órgão responsável pelo trânsito; titularidade da área de intervenção; licença de área de empréstimo e bota-fora; etc.) que levem a embargo das obras ou ações judiciais;• comunicação previa aos moradores e comerciantes sobre a data de início e duração das obras, bem como de qualquer alteração no cronograma e suas causas.
Localização e implantação do canteiro de obras e de equipamentos de apoio, transporte de materiais, manutenção de máquinas e equipamentos e trânsito de caminhões e máquinas.	<ul style="list-style-type: none">• Incidentes a terceiros, contaminação do entorno, ruído excessivo, poeira, lançamento de resíduos nas vias.• Incômodos aos usuários do comércio (consumidores) local com consequente redução da atividade comercial.	<ul style="list-style-type: none">• A localização do canteiro de obras deve ser em área distante de residências e áreas comerciais;• nas frentes de obra a movimentação de caminhões e das máquinas pesadas deve ser planejada para reduzir o trajeto, evitar danos à rede de distribuição de energia, drenagem, abastecimento etc.;• as caçambas de transporte de terra devem ser cobertas com lona para evitar a dispersão de poeira;• nos períodos de chuva, para evitar os “trilhos de roda” de barro no asfalto e posterior formação de poeira, as rodas dos caminhões devem ser lavadas;• a manutenção de máquinas e equipamentos deve ser realizada somente no canteiro de obras;• o estacionamento e estocagem de qualquer material na frente de obras, deverá ser devidamente isolado e sinalizado; e• atendimento das reclamações dos moradores e comerciantes.

Quadro N° 4: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade (continuação)

OCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Serviços de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de resíduos no meio ambiente; e • constrangimentos aos moradores, comerciantes, consumidores e empregados das obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • As refeições dos trabalhadores devem ser servidas somente no refeitório do canteiro de obras; • uso de banheiros químicos nas frentes de obra; e • recolhimento diário de todo resíduo doméstico e industrial das frentes de obra, bem como transporte e disposição correta desses resíduos; • atendimento das reclamações da comunidade; e • realização das obras nos horários estabelecidos pelas normas municipais.
Execução das obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com a vizinhança; • Incidentes e prejuízos às atividades comerciais, escolas, igrejas, associações, clubes etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação prévia aos moradores e comerciantes sobre o início das obras e o tempo de duração; • reduzir ao máximo o prazo de execução das obras; • isolamento das obras com tapume para evitar acidentes com os moradores, usuários do comércio, clientes e frequentadores das unidades de saúde; • sinalização adequada da obra; • as empresas construtoras devem respeitar os hábitos de vida da comunidade das áreas de influência das obras. Para tanto, recomenda-se a elaboração de um código de conduta para os empregados das obras; • interrupção das obras nos períodos de chuvas intensas para evitar alagamentos, erosão e assoreamento; e • atendimento das reclamações dos moradores.
Conflitos com empresas prestadoras de serviço.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes e prejuízos aos moradores e comerciantes com interrupção dos serviços de energia, telefonia, internet etc.; e • Conflito com as empresas prestadoras de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar nas empresas prestadoras de serviços, antes do início das obras, a localização das redes de energia, telefonia, internet etc.; • informar, a todos os empregados das obras, a localização das redes de energia, telefonia, internet, abastecimento, esgotos etc.; e • reparo das calçadas e dos pavimentos danificados, em condições iguais ou superiores às anteriores às obras.
Movimentação e operação de equipamentos pesados.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com os moradores, comerciantes e consumidores e danos estruturais aos prédios vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa construtora deverá respeitar as normas relativas à emissão de ruídos; • a geração de ruídos deverá ser reduzida ao máximo, com o uso de equipamentos eficientes, planejamento dos serviços que envolvem a movimentação de equipamentos pesados e o isolamento das áreas de trabalho; • vistoria prévia dos prédios residenciais e comerciais precariamente construídos, para a avaliação dos riscos de danos e rupturas estruturais durante as vibrações decorrentes da movimentação e operação de equipamentos pesados, lançamento de estacas etc.; e • redução e fixação da velocidade dos caminhões nas frentes de obra.

Quadro N° 4: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade (Continuação).

OCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Escavação, movimentação de solos e aterros.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com a vizinhança; e • riscos de danos às propriedades lindeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do local e dos métodos de intervenção, antes da abertura das valas e da movimentação os solos retirados das valas e de aterro; • evitar que as escavações e a movimentação de caminhões e máquinas promovam danos às propriedades vizinhas às obras; e • os bota-esperas deverão ser depositados e protegidos de forma a evitar a erosão e consequente assoreamento de sistemas de drenagem e propriedades particulares.
Desvios do tráfego e trânsito de pedestres.	<ul style="list-style-type: none"> • Impedimento da circulação; e • restrições à acessibilidade à residências e ao comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalização dos desvios, entradas e saídas; • No caso de interrupção de calçadas, estabelecer caminhos provisórios cercados, sinalizados e protegidos; • Prever estacionamento temporário no caso de interrupção do acesso ao comércio; • orientação aos motoristas dos caminhões e demais veículos das obras com relação ao controle da velocidade e aos cuidados nas manobras nas vias abertas ao tráfego; • comunicação prévia, aos moradores e comerciantes, sobre os desvios e caminhos alternativos; e • atendimento das reclamações da comunidade.

Responsáveis

Os responsáveis pelo cumprimento desses procedimentos são a UGP, e as empresas construtoras.

Custos

Os custos necessários para o cumprimento desses procedimentos estão incluídos nos custos Operacionais da UGP.

4.8 PLANO DE CONSULTAS

Introdução

De acordo com as políticas operacionais do BID, as operações de crédito classificadas como geradoras de impacto socioambiental devem ser acompanhadas de processo de consulta pública com todas as partes afetadas. Esse processo deve garantir: (i) divulgação das obras e intervenções do Programa; (ii) informação sobre os estudos socioambientais preparados; (iii) consulta significativa junto às partes interessadas, num diálogo construtivo com o Executor, preferencialmente durante a preparação ou revisão da Avaliação Ambiental e Social – AAS e do Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS.

O Programa AgroNordeste foi classificado como de categoria B pela OP.703, o que exige a realização de pelo menos 01 consulta na fase de preparação e divulgação dos documentos de avaliação socioambiental da operação de crédito.

Neste período de Pandemia da COVID-19 a consulta pública deverá ser remota, por meio da Internet, de acordo com os procedimentos apresentados neste Plano.

Objetivo do Plano de Consultas

O objetivo deste Plano é estabelecer um canal de comunicação junto à população afetada e/ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa, construindo um processo de troca de informações que possibilite ao Executor (MAPA, os SFA e CEC, INCRA, IICA) e ao Banco e demais equipes envolvidas na implantação dos Componentes conhecerem (i) as particularidades dessas comunidades e suas demandas em relação ao Programa; e (ii) os estudos que amparam sua viabilidade socioambiental. Espera-se que a consulta estenda a comunicação ao público em geral, setores produtivos, instituições públicas e privadas inseridas nas cadeias de valor econômico, população dos assentamentos rurais identificados e titulados e comunidades quilombolas. Esse diálogo deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, as diferentes localidades e grupos sociais afetados, destacando as intervenções e propostas, distribuídas no território de abrangência do Programa.

Princípios adotados

O Plano de Consultas Públicas ora proposto se pauta em documentos distintos⁴: (i) políticas operacionais do Banco – OP.703, Política de Meio Ambiente e Salvaguardas e OP.102, Política de Acesso à Informação; (ii) Consulta significativa às partes interessadas; (iii) e as diretrizes do Planejamento de Consultas no contexto da COVID-19, elaborado por especialistas de ESG em 2020, especificamente para apoiar instituições governamentais e unidades executoras de projetos.

Todos esses documentos reafirmam a essência das consultas como um processo inclusivo, no qual os formatos e linguagem utilizados para a comunicação junto à população deverão se apresentar adequados para transmitir a informação ao público. Essa comunicação adequada deve preservar a integridade da informação, ao mesmo tempo em que se adequa ao público-alvo, que, particularmente no caso do AgroNordeste, é bastante diversificado.

Por parte do Banco são seguidos os princípios da Política de Acesso à Informação, que define:

1. Máximo acesso à informação – o Banco se compromete a divulgar todos os documentos de projetos que produza ou que sejam produzidos pelos Executores de projetos;
2. Exceções claras e delimitadas – quando houver informação confidencial (segredos industriais, por exemplo) ou que possa causar prejuízo a entidades participantes ou afetadas pelos projetos;
3. Acesso simples e amplo a toda informação – o Banco facilitará os meios, prazos e procedimentos eficientes para garantir que todos os interessados possam consultar essas informações

⁴ OP-703 Política de Meio Ambiente e Salvaguardas Ambientais, classificação de impactos potenciais A, B ou C.

Consulta Significativas as partes interessadas, BID, 2017

Planejamento de Consultas no contexto da COVID-19, BID/ESG, 2020.

4. Justificativa e direito a revisão quando forem suprimidas informações ao público em geral – qualquer interessado pode requisitar acesso a informação não divulgada e recorrer ao Comitê de Acesso a Informação do Banco

A introdução do conceito de consulta *significativa* visa “ser uma contribuição ao processo de tomada de decisões, e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições” (ESG, 2017). Cabe ao Executor guiar-se pelos dez elementos da consulta às partes interessadas que compõem o ciclo padrão de todos os projetos (vide apresentação [BR-L1562 Consulta Significativa set 21.pptx](#))

De acordo às políticas operacionais do Banco, já mencionadas, o Executor deve adotar seguir os critérios a seguir identificados ao organizar o processo de consulta pública:

- A linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;
- Outras linguagens devem ser utilizadas, como vídeos, animações, apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- Deverão ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as intervenções propostas em cada Componente;
- Qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com zelo e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor;
- As informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes;

O Processo de Consulta

De acordo com as políticas do Banco deve ser garantida e comprovada a ampla participação das comunidades abrangidas pelos projetos. Dessa forma, será necessário proporcionar oportunidades de participação de população na área de incidência do Programa – estados da Federação, Territórios Prioritários, municípios/distritos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais. Os convites mandatórios devem incluir ONGs, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, para discutir os projetos do Programa AgroNordeste e a Avaliação Ambiental e Social-AAS elaborada como parte dos estudos de viabilidade. *Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão estadual ou municipal de meio ambiente, no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental.*

Com base no disposto na Lei Federal de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011) o MAPA disponibiliza na internet as informações classificadas como Transparência Ativa. As que não estão disponíveis na internet são classificadas como Transparência Passiva porque dependem de solicitação. Neste caso, o cidadão poderá utilizar a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR).

Abrangência

Nesta etapa de preparação da operação, o MAPA poderá considerar: (i) organização e realização de consultas por meio da Assessoria Especial de Comunicação Social, que conduz o processo de consulta pública de diversos assuntos na realização da consulta em nível estadual, por meio de suas Superintendências Federais de Agricultura – SFA, vinculadas ao Ministério, considerando-se também a estrutura do CEC, chefiado pelo Superintendente da SFA do respectivo estado.

Durante o período da consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além daqueles que sejam relevantes na discussão com o público.

Identificação das questões prioritárias

Com um Programa de alcance tão diversificado como o AgroNordeste podem surgir questões de cunho social, desenvolvimento econômico, equidade de gênero e inclusão.

- Alcance a suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.) – público feminino e quilombola, que tenha dificuldade no acesso a ferramentas de comunicação a partir de suas moradias;
- Respostas do Programa a públicos distintos – fixação de jovens adultos no campo, buscando capacitação; responsável chefe de família em lote de agricultura familiar (mulher ou jovem adulto);
- Como garantir que comunidades quilombolas *sem associação constituída* possam ser incluídas no processo de consulta;
- Ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo as mulheres de participarem das consultas;
- Verificar se as representações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa;
- Analisar a estatística de participação feminina e masculina no primeiro processo de consultas. Caso haja diferenças significativas, deve-se promover ações que ampliem o equilíbrio participativo no segundo processo de consultas, como a mobilização de equipe de apoio da UGP para participantes, ou alternativas de participação mais inclusivas;

Identificação e análise dos atores e partes interessadas

- MAPA – representantes de estruturas que participam do Programa
- Superintendências Federais de Agricultura dos estados - SFAs
- Comitês Estaduais de Coordenação
- Associações e lideranças dos assentamentos
- INCRA – representantes de estruturas que participam do Programa
- Associações quilombolas
- Prefeituras
- ONGs atuantes na área de abrangência do Programa

- Lideranças indígenas de comunidades fronteiriças à área de intervenção do Programa

Organização da consulta

O Ministério tem experiência na realização de consultas públicas de diversos temas técnicos, regulamentos, concessões, dentre outros. A Assessoria Especial de Comunicação Social – AECS e a Assessoria Socioambiental do MAPA⁵ promovem a divulgação de notícias e alimenta as redes sociais do Ministério. No site do MAPA os links fornecem o caminho para:

Acesso à Informação -- Participação Social -- Consultas Públicas -- e entrada em qualquer *consulta específica*, por data de início. Em processos finalizados está disponível o Relatório do evento.

Para a consulta pública prevista nas políticas e salvaguardas do Banco as diretrizes específicas são identificadas neste Plano. O MAPA deverá facilitar o processo de consulta e, para tanto, seguir as diretrizes aqui identificadas, considerando os seguintes aspectos:

- a. É obrigação do Executor do Programa:
 1. Enviar convites institucionais para os atores e partes interessadas;
 2. Prover um responsável para preparar um relatório resumo da consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, *print screen* etc. Este deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar os documentos socioambientais (AAS e PGAS);
 3. Divulgar o evento, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo dos Projetos;
 4. Preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do AgroNordeste e projetos associados, e a AAS/PGAS. Esse material também deve ser divulgado no site do MAPA – SFA/CEC e disponibilizado com fácil acesso nesses locais em cada estado;
 5. Disponibilizar em meio físico e eletrônico os estudos socioambientais (AAS e PGAS) que serão apresentados na consulta. Os documentos em meio físico deverão estar disponibilizados em local de fácil acesso na sede do Ministério em Brasília, e nas SFA estaduais;
 6. Preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação. Esse material, em documento físico e eletrônico, deverá estar disponível em local de fácil acesso na sede das SFA/CEC estaduais;

⁵ A descrição das atividades e processos em ambas as Assessorias carece de detalhamento a ser fornecido pelo MAPA na organização da consulta.

7. Responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante a consulta;
- b. A instancia de salvaguardas ambientais e sociais do BID, assim como os consultores responsáveis pelos estudos socioambientais do Programa, serão responsáveis por:
 1. Apoiar o Executor na organização da consulta;
 2. Prover os documentos (AAS e PGAS) com antecedência, para que possam ser colocadas à disposição do público em meio físico e eletrônico;
 3. Discutir com o Executor, para apresentação na consulta, uma exposição dos principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas no PGAS; e
 4. Incorporar, se for o caso, as questões apresentadas no documento final da AAS e do PGAS.

Para a realização da consulta remota deverão ser utilizados sistemas de transmissão, apresentação e participação por meio da internet, levando em conta que o uso deste recurso deve propiciar a participação comunitária de forma inclusiva. No caso do AgroNordeste, o desafio a enfrentar é assegurar que os eventos de consulta e o material informativo esteja ao alcance das populações rurais com pouco acesso à tecnologia proposta.

Como opções de uso de tecnologias por meio da Internet, são sugeridos:

- Redes sociais - Facebook, Instagram;
- Sistema Youtube;
- Chamadas por Zoom ou MS-Teams
- Ferramentas para Webinar⁶

Ficará a critério do Ministério o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e não serem demasiadamente longos. Caso contrário, o vídeo deve ser repartido em partes temáticas, para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático. Eventualmente também podem ser utilizados recursos de apresentações automatizadas, que podem ter áudios incorporados e diversos recursos gráficos.

Chamamento e Mobilização

Tomando em conta o cenário de isolamento gerado pela pandemia de COVID-19, toda comunicação envolvendo atividades de mobilização da comunidade, transmissão da Consulta Pública, disseminação de dados, coleta de informações, coleta de manifestação das partes interessadas e atendimento aos questionamentos deve incluir ferramentas tecnológicas para comunicação remota.

⁶ O Webinar, comunicação em vídeo da Zoom, é uma ferramenta de compartilhar informação e conhecimentos online, moderna e relevante. Funciona por meio de transmissão ao vivo, onde um especialista expõe os conhecimentos sobre determinado tema e interage com os usuários que assistem.

1. Divulgação da consulta na rede social do Executor, com publicação no *feed* de notícias;
2. Atuar como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;
3. Receber manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas o de compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;
4. Os participantes da consulta pública serão incentivados a realizar um breve cadastro, mas sua participação na consulta não pode ser condicionada se houver recusa; e
5. Qualquer pessoa poderá assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social ou canais de transmissão utilizados, sendo necessário apenas ter um aparelho com sistema de telecomunicação remota (computador, aparelhos celulares etc.), browser e acesso à internet.

Recursos tecnológicos para comunicação remota

O convite para os eventos será publicado nos sites do MAPA e INCRA, com antecedência mínima de **XX dias/semanas** da data dos eventos. Serão identificadas e convidadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remoto (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais do MAPA e SFA) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site, e as lideranças representativas conhecidas.

Roteiro da Consulta

A consulta por meio eletrônico requer estratégia específica onde tempo de realização e formas de interação com o público são diferentes das usuais reuniões presenciais com expositores do Programa e da AAS e plateia de interessados. Os eventos remotos não devem ser muito longos, de forma a garantir o interesse dos participantes até o final e considerando a eventualidade de conexões instáveis. Com o advento da pandemia que provocou distanciamento social e restrições de mobilidade e aglomeração, todo o material pertinente à consulta será consultado on-line. Para tanto, o Ministério deve incluir em sua página da internet, no link da consulta: (i) documento do Programa, com os Componentes e suas intervenções, obras e propostas de desenvolvimento agropecuário; (ii) a Avaliação Ambiental e Social e o Plano de Gestão Ambiental e Social – AAS/PGAS. A critério do Ministério podem ser incluídos documentos adicionais, apresentações, folhetos e informações pertinentes ao Programa, em especial vídeos e áudios. Os documentos devem estar disponíveis **xxx dias antes** da consulta, propiciando

o acesso a todos os interessados, que terão a oportunidade de preparação prévia e identificação de temas de seu interesse. A seguir se apresenta uma sugestão de convite a ser divulgado pelo executor em suas redes sociais.

O (Executor) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento comunica a todos os interessados que estão disponíveis para consulta e manifestação os documentos: Programa AgroNordeste (título de caracterização, descrição, propostas), a Avaliação Ambiental e Social do Programa (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) na página web www.xxx.com.br, a partir do dia dd/mm/ano.

O Executor XXX convida todos os interessados a comparecer à consulta pública virtual para esse Programa, a realizar-se dia X, local X, às XX horas. As instruções para participação estão disponíveis na página de internet do Ministério xxx.

Sua participação é bem-vinda!

Etapas da consulta

Preferencialmente deverão ser apresentados vídeos e breves inserções ao vivo de integrantes do Executor/MAPA, contemplando:

1. Objetivo da consulta e procedimentos de participação e Instituições responsáveis pelo Programa e pela consulta;
2. Apresentação em vídeo do Programa AgroNordeste – usar linguagem jornalística, não técnica e apoiada em recursos áudio visuais. Incluir apresentação institucional e gestão do Programa
3. Vídeo com a síntese dos resultados da AAS; descrição dos possíveis impactos socioambientais dos Componentes do Programa; descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados; e apresentação do PGAS, indicando os responsáveis por sua execução. Também deverão ser apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões durante a fase de implantação das ações e obras do Programa
4. Após as apresentações deve ser observado um período de XXX dias que permita ampliar a possibilidade de manifestação dos participantes, expondo sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas. Decorrido o prazo para manifestação será feito um intervalo para que a equipe do Ministério possa responder às indagações feitas – sempre e quando seja possível responder sem recorrer a outros documentos que não os exibidos na Consulta – Apresentação do Programa AgroNordeste e AAS e PGAS.
5. O Ministério deve determinar por quantos dias após a consulta será possível receber questões identificadas pelo público interessado. O site com link para os documentos,

inserção de questões e gravação da consulta permanecerá recebendo questionamento por XXX dias seguidos.

6. A consulta será registrada com ata, lista de pessoas conectadas, gravação de vídeo e áudio, e qualquer outro meio de registro que o Ministério prepare para a Consulta Pública.
7. Relatório da Consulta – esse documento reunirá (i) o material utilizado para a consulta, textos e apresentações; (ii) o registro da participação do público, classificando as dúvidas e questões por grandes temas; (iii) as respostas produzidas para esse questionamento; e (iv) os registros facilitados pelo Ministério para a execução da consulta.